

C O N G R E S S O

SBNRDT tem mais de 300 participantes

A Sociedade Brasileira de Neurorradiologia Diagnóstica e Terapêutica (SBNRDT) realizou nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2006, no Hotel Bourbon, em Curitiba, o seu VII Congresso. Excepcionalmente a Diretoria do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR) autorizou a realização das provas das Áreas de Atuação em Neurorradiologia Diagnóstica e Terapêutica, devido ao evento ter sido nos mesmos dias que a segunda fase da prova de Título de Especialista. Os candidatos tiveram que prestar o exame teórico e prático em Curitiba (PR).

O principal objetivo do encontro foi a atualização dos profissionais da área, bem como a disseminação de novas técnicas, como a embolização, procedimento que reduz complicações graves no tratamento de aneurisma cerebral. Um dos destaques do evento foi o Módulo Neurorradiologia Terapêutica – Aneurismas, que apresentou alternativas menos invasivas para o tratamento da doença. A técnica endovascular, conhecida como embolização, foi abordada pelos Drs. Fernando Viñuela (EUA) e René Chapot (França).

Apesar dos benefícios, a emboli-

zação ainda é pouco utilizada no Brasil. De acordo com o neurocirurgião, chefe de neurorradiologia intervencionista dos Hospitais Mãe de Deus e Beneficência Portuguesa, localizados em Porto Alegre (RS) e organizador do evento, Dr. Paulo Passos Filho, o risco durante a embolização é bem menor do que na cirurgia convencional. Ainda assim, no Brasil menos de 10% da população é embolizada; nos países desenvolvidos 80% dos casos são tratados através da técnica endovascular.

O neurocirurgião atribui esta realidade à carência de profissionais habilitados a reali-

P R O J E T O D E L E I

Normatiza divulgação de informações médicas na internet

O projeto de lei (PL 6843) que tramita em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados, nas comissões de Seguridade Social e Família, Ciência e Tecnologia, e de Constituição e Justiça – que desta forma se for aprovado nem precisará ir a Plenário – tem como exigência a segurança na divulgação de informações sobre os pacientes na Internet. As instituições de saúde como as clínicas e serviços de diagnóstico por imagem encontraram como aliado a utilização das tecnologias de criptografia e protocolação digital para garantir o sigilo e a confidencialidade dos dados médicos.

O projeto de autoria da deputada federal Maninha (PSOL/DF) obriga os responsáveis por instituições de saúde, públicas ou privadas, que veicularem informações relacionadas à saúde de pacientes pela Internet, a garantir a confidencialidade, privacidade e segurança das informações. De acordo com a proposta, nenhuma



informação sobre saúde que seja de caráter individual poderá ser veiculada na Internet sem o consentimento do paciente ou de seu responsável legal.

Na proposta da deputada, a única exigência para garantir o sigilo das informações médicas do paciente é o uso de uma senha que permitirá o acesso dos dados. Porém, segundo o especialista Marcelo Luiz Brocardo, diretor técnico da empresa BRy Tecnologia, somente este recurso, sem que haja uma infraestrutura de tecnologia adequada que garanta a segurança da infor-

mação, todo o processo fica bastante vulnerável. “Com a implantação de mecanismos que utilizem a criptografia e a certificação digital, é possível conferir ao documento eletrônico mais segurança, sigilo e autenticidade, atributos essenciais para que as instituições médicas possam atender ao projeto de lei em questão”, explica Brocardo.

No mercado já há soluções que podem contribuir no cumprimento da proposta da deputada. Instituições médicas já se beneficiam de soluções que fornecem segurança no trâmite de documentos eletrônicos, inclusive na divulgação de dados de exames ou laudos médicos pela Internet. A tramitação destas informações com segurança será possível pelo uso de tecnologias de protocolos criptográficos. Mais informações sobre o projeto: http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=319380.

Fonte: iTrês Comunicação